



Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

1 **ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH DOCE** realizada no dia dois
2 de junho de dois mil e vinte seis, às nove horas, de forma telepresencial. Pauta do
3 dia: 1. Abertura e Verificação de Quórum; 2. Discussão e Deliberação da ata da
4 reunião do CBH Doce realizada no dia 31/03/2026; 3. Discussão e Deliberação sobre
5 a criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG); 4. Discussão e
6 Deliberação sobre o apoio do CBH Doce à Semana do Fazendeiro; 5. Discussão e
7 Deliberação sobre o apoio do CBH Doce à realização do ForEA em Manhuaçu/MG;
8 6. Indicação de representantes do CBH Doce para as seguintes instâncias: Câmara
9 Técnica de Integração (CTI); Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
10 (FNCBH); Conselho Municipal de Saneamento de Ouro Preto (COMUSA); Conselho
11 Consultivo do Parque Estadual do Rio Doce (PERD); Comitê Orientador do Fundo
12 Ambiental Rio Doce. 7. Assuntos Gerais; 8. Encerramento. Juliana Vilela Pinto,
13 iniciou a reunião informando que, conforme verificação preliminar, já havia quórum
14 suficiente para a realização dos trabalhos, ressaltando que seria feita a conferência
15 formal, considerando que a reunião ocorria em ambiente virtual. Destacou que o
16 mandato atual teve início com a posse dos conselheiros em dezesseis de abril,
17 durante reunião presencial, e que esta era a primeira reunião virtual do novo
18 mandato. Em seguida, apresentou orientações aos participantes, especialmente aos
19 novos conselheiros, esclarecendo que as reuniões virtuais são previamente
20 convocadas por meio do envio de link de acesso e que os encontros são gravados.
21 Explicou que, por se tratar de reunião virtual, não haveria lista de presença física,
22 sendo realizado, após a abertura dos trabalhos pela diretoria, um chamamento
23 nominal dos membros titulares e suplentes para registro de presença e confirmação
24 do quórum. Apresentou-se como coordenadora da Secretaria Executiva de Apoio aos
25 Comitês e informou que auxiliaria na condução dos trabalhos, conforme
26 procedimento já conhecido pelos conselheiros que participam de mandatos
27 anteriores. Juliana orientou os participantes a utilizarem a ferramenta de
28 levantamento de mão para solicitar a palavra durante a reunião, ou, em caso de
29 dificuldade para localizá-la, registrarem a solicitação pelo chat. Informou também
30 que, durante a chamada nominal, os conselheiros que eventualmente encontrassem
31 dificuldades para utilizar o microfone poderiam registrar sua presença pelo chat.
32 Esclareceu que eventuais ingressos de conselheiros ao longo da reunião seriam





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

33 computados, embora o quórum inicial já fosse considerado para fins de instalação e
34 realização oficial da reunião, tanto para as pautas deliberativas quanto para os
35 demais assuntos. Na sequência, esclareceu que a reunião havia sido convocada em
36 caráter extraordinário, principalmente para tratar do apoio do Comitê à Semana do
37 Fazendeiro, em razão dos prazos necessários para viabilização da iniciativa.
38 Informou que, durante a discussão das pautas, seriam apresentados informes e
39 esclarecimentos relacionados à reunião da CTIL, na qual o tema do apoio do Comitê
40 ao evento havia sido previamente discutido. Por fim, a pedido, justificou a ausência
41 do Presidente Hernani Ciro Santana, informando que ele precisou realizar uma
42 viagem. Ressaltou, contudo, que os demais membros da diretoria encontravam-se
43 presentes, representando institucionalmente o Comitê. Encerrados os informes
44 iniciais, passou a palavra aos membros presentes para que realizassem a saudação
45 inicial aos participantes, iniciando pelo Vice-Presidente Jorge Martins Borges. Ele
46 desejou boas-vindas aos novos conselheiros que passaram a integrar o Comitê
47 neste mandato e cumprimentando também os membros que já atuam há mais tempo
48 nas atividades do colegiado. Desejou a todos uma boa reunião e um trabalho
49 produtivo. Em seguida, a Segunda Vice-Presidente Renata Almeida Thomaz,
50 desejou boas-vindas. Dando continuidade às manifestações da diretoria, a
51 Secretária Andressa C. Pereira cumprimentou os participantes e destacou que esta
52 era a primeira reunião do novo ciclo de gestão do Comitê. Agradeceu a confiança
53 depositada na nova diretoria e manifestou a expectativa de que o mandato seja
54 marcado por um ciclo virtuoso, com importantes conquistas para a gestão dos
55 recursos hídricos da bacia. Desejou ainda que a reunião transcorresse de forma
56 tranquila e exitosa. Na sequência, o Primeiro Secretário Adjunto, Flamínio Guerra
57 Guimarães, desejou um bom trabalho a todos e apresentou dois informes. O primeiro
58 referiu-se aos termos de posse dos conselheiros, informando que os documentos já
59 haviam sido assinados e que seriam encaminhados individualmente aos membros
60 ao longo da semana, formalizando a posse dos representantes. O segundo tratou da
61 ocorrência de balsas realizando atividades de garimpo de ouro na bacia do Rio
62 Piracicaba. Relatou que o assunto já havia sido levado ao conhecimento da diretoria
63 do CBH Doce e estava sendo discutido no âmbito do CBH Piracicaba. Destacou a
64 necessidade de solicitar providências aos órgãos competentes, especialmente ao





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

65 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e ao Ministério Público, considerando
66 que situações semelhantes já haviam ocorrido anteriormente. Segundo relatou, em
67 episódios passados, verificou-se que embarcações autorizadas para atividades de
68 pesquisa mineral acabavam realizando atividades de exploração incompatíveis com
69 a finalidade declarada, o que motivou ações do Ministério Público e da Polícia
70 Ambiental, culminando na retirada dessas balsas da região. Diante do retorno das
71 atividades, informou que estava sendo elaborado um ofício a ser encaminhado aos
72 órgãos competentes, solicitando a adoção das medidas cabíveis. Por fim, a
73 Secretária Adjunta Mariele Fioreze cumprimentou os participantes, desejou boas-
74 vindas a todos e uma excelente reunião, ressaltando sua expectativa de continuidade
75 dos trabalhos em benefício da gestão da bacia hidrográfica. Após as saudações
76 iniciais, foi registrado que estavam presentes trinta e cinco conselheiros com direito
77 a voto, entre titulares e suplentes no exercício da titularidade, número suficiente para
78 a instalação da reunião e para apreciação das pautas deliberativas. Na sequência,
79 passou-se ao segundo item da pauta, referente à apreciação da ata da reunião
80 realizada em trinta e um de março, última reunião ordinária ocorrida antes da
81 solenidade de posse do atual mandato. Foi informado que a referida ata havia sido
82 encaminhada previamente aos conselheiros juntamente com a convocação da
83 reunião. Em seguida, foi aberta a oportunidade para manifestações dos conselheiros
84 quanto ao conteúdo da ata, sendo solicitado que eventuais abstenções ou votos
85 contrários fossem registrados por meio do chat da plataforma virtual, para fins de
86 deliberação e registro em ata. Durante a apreciação da ata da reunião, o conselheiro
87 Senisi de Almeida Rocha informou que ainda estava realizando a leitura do
88 documento e solicitou o adiamento temporário da deliberação sobre o item,
89 ressaltando que poderia concluir a análise ao longo da própria reunião. Diante da
90 manifestação, foi acordado que a apreciação da ata seria momentaneamente
91 suspensa, com possibilidade de retorno ao tema posteriormente, caso a leitura fosse
92 concluída. Na sequência, o conselheiro João Pedro Amorim questionou como se
93 daria a aprovação da ata considerando a participação de membros que não
94 estiveram presentes na reunião a que o documento se referia. Em resposta, foi
95 esclarecido que os conselheiros que não participaram da reunião deveriam registrar
96 abstenção durante a votação. Em seguida, o conselheiro José Ângelo Paganini





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

97 questionou acerca da validade da aprovação de uma ata referente ao mandato
98 anterior por uma composição já renovada do Comitê. Foi esclarecido que o
99 Regimento Interno estabelece que as atas sejam apreciadas e aprovadas na reunião
100 subsequente, não havendo previsão específica para situações de transição de
101 mandato. Destacou-se ainda que parcela significativa dos membros presentes já
102 integrava a composição anterior do Comitê. Após os esclarecimentos, o conselheiro
103 manifestou entendimento. Dando prosseguimento à apreciação do item, foi solicitado
104 aos conselheiros que registrassem eventuais votos contrários ou abstenções. Foram
105 registradas as abstenções dos conselheiros Carlos Alberto Lucidi Junior (Prefeitura
106 de Governador Valadares), Jailma das Graças Soares (DUPERD), Geraldo Magela
107 Gonçalves (IAPORI), João Pedro Amorim (Instituto Padre Nelito Nonato Dornelas),
108 Melissa Seixas Lima Figueiredo (COPASA), Maria Aparecida Borges Pimentel
109 Vargas (ABRAGEL), Marcos Vinícius Alpoin Piol (FINDES), Cynthia Franco de Salles
110 Dias (IFMG), Silvia de Lourdes Gonçalves Farias (Prefeitura de Timóteo) por não
111 fazerem parte do mandato anterior. Prosseguiu-se, então, com a coleta das
112 manifestações dos demais conselheiros para conclusão da deliberação sobre a ata.
113 Não havendo novas manifestações acerca da ata da reunião anterior, foi registrado
114 o conjunto de abstenções apresentadas pelos conselheiros e consignado que, caso
115 o conselheiro Senise concluísse sua análise do documento ao longo da reunião e
116 identificasse alguma observação relevante, poderia se manifestar posteriormente
117 para apreciação do plenário. Na sequência, passou-se ao item de pauta referente à
118 discussão sobre a criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG).
119 Para contextualizar o tema, foi informado que a Agência Nacional de Águas e
120 Saneamento Básico (ANA) encaminhou ao Comitê sugestão para criação de uma
121 câmara técnica específica voltada ao acompanhamento dos instrumentos de gestão
122 de recursos hídricos. Destacou-se que essa estrutura já existe em alguns comitês de
123 bacias hidrográficas estaduais, federais e de rios afluentes, tendo como finalidade
124 acompanhar a implementação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão. Foi
125 ressaltado que a proposta possui caráter estratégico para o CBH Doce, uma vez que
126 o Comitê se destaca por ser o único comitê federal a possuir todos os instrumentos
127 de gestão de recursos hídricos formalmente aprovados. Nesse contexto, considerou-
128 se importante a existência de uma instância técnica permanente voltada ao





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

129 monitoramento da efetiva implementação desses instrumentos no território da bacia.
130 Informou-se ainda que a demanda apresentada pela ANA foi submetida à Diretoria
131 Executiva do Comitê durante sua primeira reunião realizada no início do mês de
132 maio. Após análise preliminar, a Diretoria deliberou pelo encaminhamento da
133 proposta à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), para avaliação dos aspectos
134 institucionais e legais relacionados à criação da nova câmara técnica. Como
135 resultado desse trabalho, foi elaborada uma minuta de Deliberação Normativa
136 dispondo sobre a criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, a qual foi
137 submetida à apreciação da CTIL e posteriormente encaminhada à Plenária para
138 análise e deliberação. Antes da apresentação da minuta de Deliberação Normativa,
139 foi aberta a palavra aos conselheiros para manifestações iniciais sobre o tema. O
140 conselheiro Senisi relatou que, ao analisar a pauta da reunião, refletiu sobre a
141 possibilidade de haver convergência entre as atribuições da nova câmara técnica e
142 as atividades já desenvolvidas pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de
143 Gestão. Segundo o conselheiro, ambos os espaços tratariam de temas relacionados
144 ao acompanhamento de indicadores e à avaliação de resultados, razão pela qual
145 questionou se não seria possível concentrar essas discussões em uma única
146 instância. Em resposta, foi esclarecido que as atribuições dos dois colegiados
147 possuem naturezas distintas. Foi explicado que o Grupo de Acompanhamento do
148 Contrato de Gestão tem atuação específica voltada ao monitoramento do contrato
149 de gestão firmado entre o Comitê e a entidade delegatária, acompanhando o
150 cumprimento de metas, indicadores e demais obrigações previstas nesse
151 instrumento jurídico. Já a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão teria como
152 finalidade acompanhar a implementação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de
153 gestão de recursos hídricos da bacia, tais como o enquadramento dos corpos d'água,
154 a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água, o
155 plano de recursos hídricos e demais instrumentos previstos na legislação. Senisi
156 esclareceu que compreendia a diferença conceitual entre as atribuições, mas
157 ponderou que identificava certa relação temática entre os assuntos tratados, motivo
158 pelo qual havia levantado a reflexão acerca da possibilidade de integração das
159 atividades. Na sequência, foi ressaltado que a existência do Grupo de
160 Acompanhamento do Contrato de Gestão decorre de previsão expressa no próprio





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

161 contrato de gestão, constituindo uma exigência formal do instrumento. Dessa forma,
162 independentemente da criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, o
163 Grupo de Acompanhamento deve ser mantido em funcionamento, em razão de sua
164 obrigatoriedade e de suas atribuições específicas. Prosseguindo com a discussão
165 acerca da criação da CTIG, Geraldo Magela contribuiu, destacando que a
166 obrigatoriedade de manutenção do Grupo de Acompanhamento decorre das
167 exigências previstas no próprio contrato, não havendo incompatibilidade entre a
168 existência desse grupo e a criação da nova câmara técnica. Ressaltou que a
169 instituição da CTIG não impede a participação de integrantes do Grupo de
170 Acompanhamento em seus trabalhos, considerando inclusive desejável que haja
171 integração entre os membros e compartilhamento de conhecimentos. Na
172 oportunidade, sugeriu que o conselheiro Paulo pudesse integrar a nova câmara
173 técnica, em razão de sua experiência e conhecimento na área de gestão e
174 gerenciamento, caso houvesse disponibilidade e interesse de sua parte. Em seguida,
175 Senisi esclareceu que sua manifestação anterior teve caráter de reflexão sobre a
176 estrutura organizacional do Comitê, sem objeção à manutenção das duas instâncias
177 de trabalho. Em resposta, foi ressaltado que as contribuições apresentadas são
178 importantes para o aperfeiçoamento das decisões do colegiado e para a avaliação
179 contínua dos caminhos adotados pelo Comitê. Na sequência, Maria Aparecida
180 reforçou o entendimento de que o contrato de gestão não constitui instrumento de
181 gestão de recursos hídricos previsto na legislação específica da área, tratando-se de
182 instrumento distinto. Destacou ainda que os contratos de gestão normalmente
183 estabelecem a obrigatoriedade de constituição de grupo específico para seu
184 acompanhamento. A observação foi confirmada pela coordenação da reunião.
185 Posteriormente, Januária Fonseca solicitou esclarecimentos sobre as demais
186 câmaras técnicas permanentes já instituídas no âmbito do CBH Doce. Em resposta,
187 foi informado que o Comitê conta atualmente com a CTIL, a CTGEC e a CTCEA. Foi
188 informado ainda que existe a CTI, instância de caráter interfederativo composta por
189 representantes do CBH Doce e dos comitês de rios afluentes dos Estados de Minas
190 Gerais e Espírito Santo, com a finalidade de promover a integração da gestão em
191 toda a bacia hidrográfica. Esclareceu-se que essa câmara é formada por três
192 representantes do CBH Doce e por representantes de cada comitê afluente,





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

193 observada a representação dos diferentes segmentos. Após os esclarecimentos e
194 não havendo novas manifestações sobre o tema, passou-se à apreciação da minuta
195 da DN que propõe a instituição, em caráter permanente, CTIG do CBH Doce,
196 iniciando-se a leitura e apresentação de seus fundamentos e dispositivos para
197 deliberação da Plenária. Concluída a leitura da minuta da DN, foi aberta a fase de
198 discussões para recebimento de contribuições dos conselheiros. Nesse momento,
199 José Ângelo Paganini solicitou que, antes do início do debate sobre o mérito da
200 proposta, fosse realizada a leitura do parecer emitido pela CTIL, considerando a
201 importância de que a Plenária tivesse conhecimento formal da análise técnica
202 realizada pela instância competente. Ressaltou que, embora a matéria não
203 apresentasse grandes controvérsias, a leitura do parecer contribuiria para subsidiar
204 adequadamente a deliberação dos conselheiros. Atendendo à solicitação, Juliana
205 Vilela Pinto realizou a leitura do parecer da CTIL, elaborado durante reunião
206 realizada de forma telepresencial em dezenove de maio. Após a leitura do parecer e
207 dos encaminhamentos propostos, foi retomada a fase de manifestações dos
208 conselheiros para discussão da matéria e apreciação da minuta. Dando
209 prosseguimento às discussões, José Carlos Loss Júnior solicitou esclarecimentos
210 acerca da origem da proposta de criação da CTIG, questionando se a iniciativa já
211 possuía alinhamento prévio com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
212 (ANA). Em resposta, foi esclarecido que a criação da câmara técnica decorreu de
213 sugestão apresentada pela própria ANA, tendo em vista a importância do
214 acompanhamento sistemático dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Na
215 sequência, o conselheiro observou que, no contexto da Bacia do Rio Doce, diversas
216 ações relacionadas ao processo de repactuação possuem estreita relação com
217 instrumentos de gestão, especialmente com o Plano de Recursos Hídricos e o
218 enquadramento dos corpos d'água. Diante disso, sugeriu que a nova Câmara
219 Técnica pudesse, eventualmente, incorporar em suas discussões temas
220 relacionados à implementação das ações da repactuação, considerando a interface
221 existente entre essas iniciativas e os instrumentos de gestão. Em resposta, foi
222 esclarecido que a compreensão da coordenação era de que temas transversais e
223 assuntos que apresentem relação direta com a implementação dos instrumentos de
224 gestão poderão ser pautados no âmbito da CTIG, desde que exista conexão efetiva





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

225 com as atribuições da câmara. Destacou-se que não seria necessário prever
226 expressamente cada tema na Deliberação Normativa, uma vez que diversas
227 matérias podem guardar relação com os instrumentos de gestão e,
228 consequentemente, serem objeto de análise pela Câmara Técnica quando
229 pertinente. José Carlos ponderou ainda que seria importante assegurar que os
230 encaminhamentos e discussões realizados pela Câmara Técnica pudessem
231 subsidiar adequadamente as decisões da plenária, especialmente em temas
232 correlatos à repactuação. Em resposta, foi esclarecido que todas as recomendações,
233 pareceres e encaminhamentos produzidos pelas câmaras técnicas são submetidos
234 à apreciação da plenária sempre que a matéria demandar deliberação ou
235 manifestação formal do Comitê. Ressaltou-se, contudo, que a efetiva forma de
236 tratamento dessas questões dependerá dos temas específicos que venham a ser
237 apresentados à CTIG no futuro. Por fim, registrou-se a importância da reflexão
238 apresentada pelo conselheiro, destacando-se que o desafio de incorporar e
239 acompanhar as discussões relacionadas ao processo de repactuação constitui tema
240 recorrente no âmbito do CBH Doce e de suas câmaras técnicas. Ficou consignada
241 a necessidade de o Comitê continuar avaliando estratégias para integrar e
242 acompanhar adequadamente essa temática em suas instâncias de discussão e
243 deliberação. Na continuidade dos debates, Luiz Cláudio Figueiredo manifestou
244 concordância com o entendimento de que o tema da repactuação possui caráter
245 transversal, impactando diversas áreas de atuação do Comitê. Nesse sentido,
246 considerou que não seria oportuno incluir formalmente a temática entre as
247 atribuições específicas da CTIG, uma vez que a proposta da nova câmara já
248 contempla um escopo amplo de atuação relacionado aos instrumentos de gestão de
249 recursos hídricos. Observou, contudo, que a relevância da repactuação para a bacia
250 poderia justificar, futuramente, a criação de uma instância específica para
251 acompanhamento do tema, seja na forma de câmara técnica, grupo de trabalho ou
252 outro mecanismo institucional adequado. Também manifestou apoio à criação da
253 CTIG, considerando a proposta pertinente e alinhada às necessidades do Comitê.
254 Em relação à sugestão da CTIL de inclusão de competência para elaboração de
255 relatórios semestrais de acompanhamento da implementação dos instrumentos de
256 gestão, ponderou que a periodicidade semestral poderia gerar excessiva dedicação





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

257 da Câmara Técnica à produção de relatórios, em detrimento das atividades de
258 análise e acompanhamento propriamente ditas. Como alternativa, sugeriu que fosse
259 avaliada a possibilidade de adoção de periodicidade anual para esses relatórios. Na
260 sequência, Geraldo Magela retomou a discussão sobre a repactuação, manifestando
261 entendimento de que seria importante a criação de uma instância específica para
262 acompanhar o tema. Ressaltou que, na sua avaliação, os Comitês de Bacia têm sido
263 pouco inseridos nas discussões e decisões relacionadas ao processo de
264 repactuação, apesar de serem atores centrais na gestão dos recursos hídricos da
265 bacia. Destacou ainda a importância de que os instrumentos de planejamento já
266 existentes, especialmente o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio
267 Doce (PIRH Doce) e o enquadramento dos corpos d'água, sejam considerados como
268 referências fundamentais para orientar as ações de recuperação e gestão da bacia.
269 Em seguida, José Ângelo apresentou considerações sobre os dois temas em debate.
270 Em relação à repactuação, observou que o principal desafio atual consiste na
271 limitada participação do Comitê no processo decisório. Argumentou que a criação de
272 uma instância específica para tratar do tema somente faria maior sentido após a
273 efetiva inserção institucional do Comitê nos espaços de discussão e
274 acompanhamento da repactuação. Segundo seu entendimento, a prioridade deveria
275 ser buscar mecanismos que garantam maior participação do CBH Doce nesse
276 processo. Quanto à proposta de elaboração de relatórios semestrais pela CTIG, o
277 conselheiro defendeu a manutenção da periodicidade sugerida pela CTIL,
278 destacando a necessidade de que a plenária receba informações regulares sobre a
279 implementação dos instrumentos de gestão. Ressaltou que a Câmara Técnica
280 atuaria na análise e acompanhamento dos temas, enquanto a elaboração dos
281 relatórios contaria com o apoio da Secretaria Executiva e das estruturas técnicas
282 responsáveis pela gestão das informações. Avaliou que a periodicidade semestral
283 seria adequada para garantir acompanhamento contínuo por parte do Comitê,
284 podendo inclusive ser revista futuramente, caso a dinâmica de implementação dos
285 instrumentos justifique ajustes. Por fim, o conselheiro mencionou, como exemplo da
286 relevância do acompanhamento dos instrumentos de gestão, a ocorrência de
287 atividades de pesquisa mineral e garimpo em cursos d'água da bacia, tema abordado
288 anteriormente na reunião. Nesse contexto, sugeriu que a futura Câmara Técnica





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

289 pudesse avaliar medidas e instrumentos de gestão aplicáveis a situações
290 semelhantes, incluindo discussões sobre possíveis normativas e mecanismos de
291 proteção dos recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica. Na sequência das
292 discussões, Senisi manifestou apoio à criação da CTIG, destacando sua relevância
293 estratégica para o CBH Doce. Avaliou que a instituição da câmara técnica ocorre em
294 momento oportuno, embora pudesse ter sido implementada anteriormente, o que
295 possibilitaria ao Comitê dispor de análises e diagnósticos mais consolidados sobre a
296 aplicação dos instrumentos de gestão no território da bacia. Ressaltou a importância
297 do comprometimento dos futuros integrantes da CTIG e concordou com o
298 entendimento de que a elaboração dos relatórios de acompanhamento representa
299 uma consequência natural das análises e discussões desenvolvidas pela Câmara
300 Técnica. Destacou ainda que a Agedoce poderá contribuir com informações e
301 subsídios técnicos que auxiliem os membros na avaliação de temas como
302 enquadramento dos corpos d'água, inadimplência, cadastro de usuários e outros
303 assuntos relevantes, permitindo ao Plenário acompanhar de forma periódica a
304 evolução dos instrumentos de gestão. Por essa razão, manifestou-se favoravelmente
305 à periodicidade semestral dos relatórios. Encerradas as manifestações, foi retomada
306 a discussão acerca da periodicidade dos relatórios de acompanhamento, tendo sido
307 consultado o conselheiro Luiz Cláudio sobre a manutenção de sua proposta de
308 alteração da periodicidade de semestral para anual. Em resposta, o conselheiro
309 informou que retirava sua sugestão, considerando que a matéria já apresentava
310 consenso entre os participantes e que não seria necessário prolongar o debate em
311 torno desse aspecto específico. Diante da retirada da proposta de alteração e da
312 inexistência de outras contribuições à minuta da DN, a coordenação consultou a
313 plenária sobre a possibilidade de submissão da matéria à votação. Considerando
314 que não foram apresentados questionamentos adicionais ao conteúdo da proposta,
315 foi sugerida a aprovação por aclamação, com registro de eventuais abstenções ou
316 votos contrários. Não havendo objeções ao procedimento proposto, os conselheiros
317 foram convidados a registrar manifestações contrárias ou abstenções por meio do
318 chat da plataforma virtual. Após verificação das manifestações, constatou-se a
319 inexistência de votos contrários ou abstenções, sendo aprovada por aclamação a
320 DN que institui, em caráter permanente, a Câmara Técnica de Instrumentos de





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

321 Gestão (CTIG) do CBH Doce. Na sequência, foi iniciada a composição da nova
322 Câmara Técnica, sendo aberto prazo para manifestação de interesse dos
323 conselheiros em integrar a CTIG. Para facilitar a organização da composição, os
324 interessados foram convidados a se manifestar inicialmente por segmento de
325 representação, começando pelos representantes do Poder Público. Durante o
326 processo de composição da Câmara Técnica, José observou acerca da
327 representação dos segmentos na nova instância. Destacou que a minuta da DN
328 estabelece o limite máximo de quinze integrantes para a Câmara Técnica e sugeriu
329 que a composição observasse o princípio da paridade entre os três segmentos que
330 compõem o Comitê. Nesse sentido, propôs que cada segmento pudesse indicar até
331 cinco representantes, totalizando as quinze vagas disponíveis. Ressaltou ainda que,
332 caso determinado segmento não preenchesse integralmente suas vagas, a
333 responsabilidade pela não ocupação seria do próprio segmento, mas que a previsão
334 contribuiria para assegurar maior equilíbrio e isonomia na participação dos diferentes
335 setores representados no Comitê. Em resposta, foi registrado que a proposta
336 apresentada estava alinhada ao entendimento já adotado pelo Comitê em processos
337 anteriores de composição de câmaras técnicas, especialmente durante as definições
338 realizadas na reunião de posse do atual mandato. Na sequência, Carlos Eduardo
339 manifestou concordância com a proposta de paridade apresentada por José Ângelo.
340 Adicionalmente, destacou a importância de se buscar representatividade territorial
341 na composição da CTIG, de forma a contemplar integrantes oriundos das diferentes
342 regiões hidrográficas da Bacia do Rio Doce, abrangendo os comitês afluentes de
343 Minas Gerais e do Espírito Santo. Segundo o conselheiro, essa distribuição
344 contribuiria para ampliar a diversidade de experiências e perspectivas nos debates
345 da Câmara Técnica. Após os registros e considerações, foi iniciado o levantamento
346 de interessados do segmento Poder Público para composição da CTIG. Pelo
347 segmento dos usuários, manifestaram interesse em compor a Câmara Técnica os
348 conselheiros Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (ABRAGEL), Luiz Cláudio
349 Figueiredo (VALE), Januária Fonseca (SAMARCO), Patrícia Sena (FIEMG) e
350 Fernanda Cravo (Instituto Ambiental Vale). Pelo segmento da sociedade civil,
351 manifestaram interesse os conselheiros Senisi de Almeida Rocha (Instituto
352 Soledade), Renaldo Lino (Etnia Krenak), Ricardo Santos (UFV), Cynthia Franco





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

353 Andrade (IFMG) e Jorge Moreira Santos (Organização VERDNOVO). Também foi
354 registrado o interesse de participação, na condição de convidados, Jorge Martins
355 Borges, Andressa Pereira, João Pedro Amorim, Clara, Brenda, Eduardo Quaresma,
356 Lucas e Mariele, os quais poderão acompanhar os trabalhos da Câmara Técnica,
357 observadas as disposições regimentais aplicáveis à participação de convidados nas
358 reuniões e atividades da instância. Considerando as manifestações apresentadas,
359 ficou constituída a composição inicial da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão
360 (CTIG), observando-se a representatividade dos segmentos que compõem o Comitê
361 e os critérios de participação definidos na Deliberação Normativa aprovada pela
362 Plenária. A conselheira Patrícia Sena solicitou esclarecimentos quanto aos critérios
363 de participação, questionando se a representação na Câmara Técnica deveria ser
364 exercida necessariamente pelo membro que integra a plenária do Comitê ou se
365 poderia ocorrer por meio de indicação de outro representante da instituição. Em
366 resposta, foi esclarecido que a participação nas câmaras técnicas não precisa ser
367 exercida obrigatoriamente pelo representante titular ou suplente que compõe a
368 plenária. Foi informado que as vagas pertencem às instituições representadas no
369 Comitê e não às pessoas físicas que exercem a representação no momento. Dessa
370 forma, as entidades podem indicar outro representante para atuar na Câmara
371 Técnica, desde que formalizem a indicação por meio de ofício encaminhado ao
372 Comitê. Juliana destacou ainda que, para fins de organização dos trabalhos e
373 registro das manifestações de interesse, foram utilizados os nomes dos participantes
374 presentes na reunião, facilitando a identificação inicial dos interessados. Contudo,
375 foi reforçado que as instituições poderão posteriormente formalizar a indicação de
376 representante diverso daquele que atua na Plenária, observados os procedimentos
377 administrativos necessários. Na sequência, foi concedida a palavra a Eduardo
378 Galdino, representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA),
379 que cumprimentou os participantes e parabenizou o CBH Doce pela iniciativa de
380 instituir a CTIG. Destacou que, embora o Comitê já possua todos os instrumentos de
381 gestão de recursos hídricos aprovados, ainda não contava com uma instância
382 técnica específica para acompanhar sua implementação e avaliação, considerando
383 a criação uma medida relevante para o fortalecimento da gestão da bacia. Na
384 oportunidade, solicitou que a ANA fosse incluída como participante convidada para





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

385 acompanhar os trabalhos da nova Câmara Técnica. Em resposta, foi informado que
386 a ANA já integra regularmente a lista de convidados das reuniões do Comitê e de
387 suas câmaras técnicas, em razão da importância de sua participação e de sua
388 contribuição técnica para as discussões desenvolvidas no âmbito do CBH Doce. Foi
389 assegurado que a ANA continuará recebendo as convocações e informações
390 relativas às atividades da CTIG. Por fim, foi ressaltado que a participação da ANA
391 será de grande relevância para subsidiar os trabalhos da nova Câmara Técnica,
392 contribuindo para o acompanhamento e aperfeiçoamento da implementação dos
393 instrumentos de gestão no CBH Doce. Eduardo agradeceu a atenção dispensada e
394 desejou uma boa continuidade aos trabalhos. Na sequência, José Ângelo
395 apresentou considerações acerca da participação de convidados nos trabalhos da
396 CTIG. Em sua manifestação, ressaltou que, em seu entendimento, a Câmara
397 Técnica deve ter autonomia para identificar, ao longo de seus trabalhos, a
398 necessidade de convidar especialistas, representantes de instituições ou
399 profissionais com conhecimento específico sobre determinados temas em análise.
400 Destacou que esses convites devem ocorrer de acordo com as demandas técnicas
401 identificadas pela própria Câmara, visando subsidiar suas discussões e
402 deliberações. O conselheiro observou ainda que os membros do Comitê possuem a
403 prerrogativa de acompanhar as reuniões das câmaras técnicas com direito à
404 manifestação, não havendo necessidade de formalizar previamente a condição de
405 convidado para integrantes do próprio colegiado. Como exemplo, citou a
406 possibilidade de participação de representantes ANA, de instituições de pesquisa ou
407 de especialistas convidados para contribuir em discussões específicas, sempre que
408 a Câmara Técnica considerar oportuno. Na mesma oportunidade, o conselheiro
409 sugeriu que a composição da CTIG observasse rigorosamente o limite de
410 representantes por segmento anteriormente definido, cabendo a cada segmento
411 indicar formalmente seus membros titulares para preenchimento das vagas
412 disponíveis. Em resposta, foi esclarecido que a composição da Câmara já havia sido
413 organizada observando o limite de cinco representantes por segmento, conforme
414 discutido anteriormente, e que os nomes adicionais mencionados durante a reunião
415 não integrariam a composição formal da CTIG, permanecendo apenas como
416 interessados em acompanhar os trabalhos e receber as convocações das reuniões.





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

417 Também foi esclarecido que, no segmento da sociedade civil, a composição formal
418 da Câmara Técnica havia sido definida com os nomes citados acima respeitando o
419 quantitativo previamente estabelecido. Os demais participantes que manifestaram
420 interesse em acompanhar as discussões poderão fazê-lo na condição de
421 participantes das reuniões ou mediante convite específico, conforme a necessidade
422 dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica. Após os esclarecimentos
423 prestados, José Ângelo manifestou concordância com os encaminhamentos
424 adotados, ficando registrado o entendimento acerca da distinção entre membros
425 efetivos da Câmara Técnica e convidados eventuais para participação em temas
426 específicos. Antes de avançar para o item seguinte da pauta, foram realizados
427 esclarecimentos complementares acerca da composição da CTIG. Foi explicado que
428 os nomes registrados durante a reunião não integrariam formalmente a composição
429 da Câmara Técnica, mas seriam incluídos em cadastro específico para recebimento
430 das convocações e demais comunicações relativas às reuniões, possibilitando o
431 acompanhamento dos trabalhos e a participação nas discussões sempre que
432 houvesse interesse e disponibilidade. Destacou-se que tal procedimento visa ampliar
433 a transparência e a participação dos conselheiros e demais interessados, sem alterar
434 a composição formal da instância, que permaneceu limitada ao quantitativo
435 previamente definido. Encerrada a discussão sobre a CTIG e concluída sua
436 composição, passou-se ao item de pauta referente à apreciação do apoio
437 institucional e financeiro do CBH Doce à Semana do Fazendeiro. Para contextualizar
438 o tema, foi informado que a CTIL vinha discutindo a necessidade de elaboração de
439 um normativo específico para regulamentar os pedidos de patrocínio e apoio
440 institucional recebidos pelo Comitê. O objetivo da futura regulamentação é
441 estabelecer critérios e diretrizes que orientem a análise e a concessão de apoio a
442 eventos e iniciativas, garantindo alinhamento com os objetivos estratégicos do
443 Comitê, com os instrumentos de planejamento vigentes e com as previsões
444 orçamentárias do Plano de Aplicação Plurianual (PAP). Foi esclarecido que, durante
445 as discussões realizadas na CTIL, concluiu-se que a elaboração desse normativo
446 demandaria estudos mais aprofundados e definição de critérios específicos. Em
447 razão disso, foi constituído grupo de trabalho destinado à elaboração da proposta de
448 regulamentação, cuja primeira reunião estava prevista para ocorrer no dia seguinte





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

449 à reunião plenária. Após a elaboração da proposta, esta deverá retornar à apreciação
450 da CTIL e, posteriormente, ser submetida ao Plenário para deliberação. Entretanto,
451 destacou-se que alguns eventos considerados estratégicos para o Comitê ocorrem
452 em prazos que não permitem aguardar a conclusão desse processo normativo. Entre
453 esses eventos encontra-se a Semana do Fazendeiro, promovida pela Universidade
454 Federal de Viçosa, prevista para ocorrer entre os dias 18 e 25 de julho. Foi informado
455 que o Comitê já havia participado de edições anteriores da iniciativa e que a
456 organização do evento encaminhou convite para que o CBH Doce participasse
457 novamente como patrocinador. Diante da inexistência, no momento, de um
458 normativo específico regulamentando os critérios gerais de patrocínio, tornou-se
459 necessária a apreciação individual da proposta de apoio à Semana do Fazendeiro
460 pela Plenária. Ressaltou-se que a análise em questão possuía caráter excepcional
461 e específico para esse evento, não substituindo a futura regulamentação geral que
462 está sendo elaborada pelo grupo de trabalho instituído para esse fim.
463 Complementando a contextualização, José Ângelo apresentou considerações sobre
464 as discussões realizadas na CTIL. Destacou que a futura regulamentação deverá
465 estabelecer critérios claros para avaliação de solicitações de apoio e patrocínio,
466 contemplando aspectos como a pertinência institucional dos eventos, a idoneidade
467 das entidades proponentes, os benefícios e contrapartidas oferecidos ao Comitê,
468 bem como mecanismos de acompanhamento e prestação de contas dos recursos
469 empregados. Ressaltou ainda a importância de que a Diretoria e a entidade
470 delegatária observem esses aspectos durante a análise dos pedidos que surgirem
471 antes da aprovação da regulamentação definitiva, adotando cautela para garantir
472 que os apoios concedidos estejam alinhados aos objetivos e interesses institucionais
473 do CBH Doce. Concluídas as contextualizações e esclarecimentos iniciais, a matéria
474 referente ao apoio à Semana do Fazendeiro foi submetida à discussão. Na
475 sequência, o conselheiro Senisi sugeriu que os itens de pauta referentes ao apoio à
476 Semana do Fazendeiro e ao apoio ao ForEA fossem discutidos de forma integrada,
477 considerando que ambos tratavam de solicitações de apoio institucional a eventos e
478 possuíam natureza semelhante. A proposta foi acolhida pela coordenação da
479 reunião, ficando definido que os temas seriam apreciados individualmente, porém
480 sob uma mesma lógica de análise e deliberação. Em seguida, Geraldo lembrou que,





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

481 durante a realização da Semana do Fazendeiro, está prevista a realização de
482 reuniões plenárias do CBH Doce e do CBH Piranga, fato confirmado pela
483 coordenação dos trabalhos. Foi informado que ainda se aguardava a confirmação da
484 disponibilidade do auditório por parte da organização do evento para divulgação da
485 programação definitiva aos conselheiros, permitindo o adequado planejamento da
486 participação de todos. Carlos Eduardo destacou a relevância da Semana do
487 Fazendeiro, especialmente por coincidir com as comemorações do centenário da
488 Universidade Federal de Viçosa e pela realização de sua 97ª edição. Ressaltou
489 tratar-se de um evento de referência nacional e internacional, constituindo importante
490 oportunidade para que os comitês ampliem sua visibilidade e fortaleçam o diálogo
491 com a sociedade. Mencionou experiências positivas observadas em edições
492 anteriores, quando produtores rurais procuraram os stands dos comitês em busca
493 de informações sobre programas de recuperação ambiental, cercamento de
494 nascentes e outras ações relacionadas à gestão de recursos hídricos. Segundo o
495 conselheiro, muitos produtores possuem interesse e condições de implementar
496 iniciativas de conservação, necessitando apenas de orientação e acesso à
497 informação. Destacou ainda que a participação em eventos dessa natureza contribui
498 significativamente para as ações de educação ambiental e para a aproximação dos
499 comitês com a população da bacia hidrográfica. Na sequência, José Carlos Loss
500 Júnior registrou considerações sobre a utilização de recursos destinados ao apoio
501 institucional a eventos. Recordou que foi um dos defensores da ampliação da
502 participação dos comitês em eventos externos, entendendo que essa estratégia
503 contribui para ampliar a presença institucional e o alcance das ações desenvolvidas.
504 Contudo, ressaltou a importância de estabelecer critérios claros para a aplicação
505 desses recursos. Em sua manifestação, destacou a necessidade de diferenciar
506 eventos promovidos diretamente pelos comitês daqueles em que o CBH participa
507 como apoiador ou parceiro institucional. Segundo o conselheiro, a intenção da
508 proposta sempre foi possibilitar que o Comitê contribuísse com pequenas parcelas
509 de recursos em eventos de grande alcance e relevância, aproveitando estruturas já
510 consolidadas para ampliar sua visibilidade e interação com o público. Utilizando a
511 Semana do Fazendeiro como exemplo, observou que uma contribuição financeira
512 relativamente pequena pode garantir ampla exposição institucional e significativa





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

513 aproximação com os usuários e demais atores da bacia. Por fim, alertou para a
514 necessidade de evitar que os recursos destinados a esse tipo de ação sejam
515 utilizados para financiar parcela significativa dos custos de realização de eventos
516 externos. Em seu entendimento, os recursos do Comitê devem ser empregados
517 prioritariamente para viabilizar sua participação institucional, como aquisição de
518 espaços de exposição, montagem de estandes e ações de comunicação,
519 preservando a finalidade estratégica da iniciativa e garantindo o melhor retorno
520 possível para o CBH Doce. Na sequência, Senisi sugeriu que os itens de pauta
521 referentes ao apoio à Semana do Fazendeiro e ao apoio ao ForEA fossem discutidos
522 de forma integrada, considerando que ambos tratavam de solicitações de apoio
523 institucional a eventos e possuíam natureza semelhante. A proposta foi acolhida pela
524 coordenação da reunião, ficando definido que os temas seriam apreciados
525 individualmente, porém sob uma mesma lógica de análise e deliberação. Em
526 seguida, o conselheiro Geraldo lembrou que, durante a realização da Semana do
527 Fazendeiro, está prevista a realização de reuniões plenárias do CBH Doce e do CBH
528 Piranga, fato confirmado pela coordenação dos trabalhos. Foi informado que ainda
529 se aguardava a confirmação da disponibilidade do auditório por parte da organização
530 do evento para divulgação da programação definitiva aos conselheiros, permitindo o
531 adequado planejamento da participação de todos. Carlos Eduardo destacou a
532 relevância da Semana do Fazendeiro, especialmente por coincidir com as
533 comemorações do centenário da UFV e pela realização de sua 97ª edição. Ressaltou
534 tratar-se de um evento de referência nacional e internacional, constituindo importante
535 oportunidade para que os comitês ampliem sua visibilidade e fortaleçam o diálogo
536 com a sociedade. Mencionou experiências positivas observadas em edições
537 anteriores, quando produtores rurais procuraram os estandes dos comitês em busca
538 de informações sobre programas de recuperação ambiental, cercamento de
539 nascentes e outras ações relacionadas à gestão de recursos hídricos. Segundo o
540 conselheiro, muitos produtores possuem interesse e condições de implementar
541 iniciativas de conservação, necessitando apenas de orientação e acesso à
542 informação. Destacou ainda que a participação em eventos dessa natureza contribui
543 significativamente para as ações de educação ambiental e para a aproximação dos
544 comitês com a população da bacia hidrográfica. Na sequência, José Carlos registrou





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/072026.

545 considerações sobre a utilização de recursos destinados ao apoio institucional a
546 eventos. Recordou que foi um dos defensores da ampliação da participação dos
547 comitês em eventos externos, entendendo que essa estratégia contribui para ampliar
548 a presença institucional e o alcance das ações desenvolvidas. Contudo, ressaltou a
549 importância de estabelecer critérios claros para a aplicação desses recursos. Em sua
550 manifestação, destacou a necessidade de diferenciar eventos promovidos
551 diretamente pelos comitês daqueles em que o CBH participa como apoiador ou
552 parceiro institucional. Segundo o conselheiro, a intenção da proposta sempre foi
553 possibilitar que o Comitê contribuísse com pequenas parcelas de recursos em
554 eventos de grande alcance e relevância, aproveitando estruturas já consolidadas
555 para ampliar sua visibilidade e interação com o público. Utilizando a Semana do
556 Fazendeiro como exemplo, observou que uma contribuição financeira relativamente
557 pequena pode garantir ampla exposição institucional e significativa aproximação com
558 os usuários e demais atores da bacia. Por fim, alertou para a necessidade de evitar
559 que os recursos destinados a esse tipo de ação sejam utilizados para financiar
560 parcela significativa dos custos de realização de eventos externos. Em seu
561 entendimento, os recursos do Comitê devem ser empregados prioritariamente para
562 viabilizar sua participação institucional, como aquisição de espaços de exposição,
563 montagem de estandes e ações de comunicação, preservando a finalidade
564 estratégica da iniciativa e garantindo o melhor retorno possível para o CBH Doce. Na
565 sequência, Flamínio solicitou esclarecimentos acerca das discussões realizadas no
566 âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), questionando se, durante a
567 reunião que deliberou pela criação do grupo de trabalho responsável pela elaboração
568 dos critérios para apoio a eventos, já havia sido considerada a inclusão do ForEA
569 entre as exceções a serem apreciadas pelo Plenário antes da conclusão do
570 normativo. Em resposta, foi esclarecido que a proposta referente à Semana do
571 Fazendeiro foi discutida no âmbito da CTIL, enquanto a demanda relacionada ao
572 ForEA surgiu posteriormente em função das características específicas do evento e
573 de sua vinculação às temáticas de educação ambiental, tendo sido inicialmente
574 debatida em outra instância técnica relacionada à área. Dando prosseguimento à
575 sua manifestação, Flaminio registrou uma ponderação sobre o encaminhamento
576 adotado. Destacou que, durante as discussões realizadas na CTIL, o entendimento





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

577 construído naquele momento foi o de que apenas a proposta de apoio à Semana do
578 Fazendeiro seria submetida à apreciação imediata da Plenária, justamente em razão
579 da proximidade do evento e da necessidade de garantir prazo hábil para sua
580 organização e participação institucional do Comitê. O conselheiro ressaltou ainda
581 que a criação do grupo de trabalho teve como principal objetivo construir critérios
582 claros e objetivos para orientar futuras decisões relacionadas ao apoio institucional
583 e financeiro a eventos. Segundo observou, os debates realizados na CTIL foram
584 amplos e produtivos, evidenciando a necessidade de que o Comitê adote uma
585 postura estratégica na aplicação de seus recursos, considerando as limitações
586 orçamentárias existentes e o grande número de demandas que podem surgir ao
587 longo do tempo. Por fim, esclareceu que sua manifestação não tinha o propósito de
588 questionar o mérito ou a relevância do ForEA, reconhecendo a importância da
589 iniciativa, mas sim de registrar o entendimento anteriormente construído no âmbito
590 da CTIL quanto à necessidade de definição prévia de critérios para análise das
591 futuras solicitações de apoio. Reforçou que, diante da limitação de recursos
592 disponíveis, torna-se fundamental estabelecer mecanismos que permitam ao Comitê
593 priorizar suas ações e investimentos de forma estratégica, transparente e alinhada
594 aos seus objetivos institucionais. Em seguida, Geraldo retomou as discussões
595 realizadas no âmbito da Câmara Técnica de Comunicação, Capacitação e Educação
596 Ambiental (CTCEA) e nas reuniões da diretoria dos comitês mineiros, destacando a
597 importância da participação institucional dos comitês em eventos voltados ao público
598 externo. Ressaltou que a temática foi amplamente debatida na CTCEA,
599 especialmente sob a perspectiva da ampliação da comunicação com a sociedade e
600 da necessidade de aproximar os comitês dos diversos segmentos presentes no
601 território da bacia. Em sua manifestação, enfatizou que a participação em eventos
602 representa uma oportunidade de ampliar o alcance das ações de comunicação,
603 permitindo que os comitês dialoguem diretamente com públicos que normalmente
604 não participam das discussões institucionais. Destacou que é necessário ultrapassar
605 os limites dos espaços tradicionais de debate e buscar contato direto com os
606 usuários da água e demais atores sociais, especialmente os produtores rurais,
607 frequentemente considerados os principais responsáveis pela produção e
608 conservação dos recursos hídricos. Observou ainda que diversos eventos





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

609 agropecuários realizados nos municípios da bacia constituem espaços estratégicos
610 para a divulgação das ações dos comitês. Segundo relatou, em muitos desses
611 eventos há possibilidade de obtenção gratuita de espaço para instalação de
612 estandes, sendo necessário apenas o custeio de despesas relacionadas à
613 montagem da estrutura, deslocamento e permanência dos representantes
614 responsáveis pelo atendimento ao público. Nesse contexto, informou que, durante
615 as discussões da CTCEA, foi sugerida a criação de uma estrutura modular
616 permanente para utilização pelos comitês em diferentes eventos, possibilitando
617 maior praticidade, redução de custos e padronização da identidade institucional nas
618 ações de divulgação. Por fim, destacou que, embora as ferramentas digitais de
619 comunicação sejam importantes, o contato presencial continua sendo uma estratégia
620 eficaz para a aproximação com a sociedade, permitindo diálogos mais diretos e
621 maior compreensão das ações desenvolvidas pelos comitês de bacia hidrográfica.
622 Na sequência, José Ângelo apresentou considerações acerca dos procedimentos
623 institucionais relacionados à apreciação das matérias submetidas a Plenária.
624 Inicialmente, ressaltou que as propostas discutidas nas câmaras técnicas devem,
625 sempre que aplicável, ser analisadas pela CTIL, a fim de verificar sua adequação
626 normativa, legal e institucional antes de serem submetidas à deliberação plenária.
627 Nesse sentido, registrou que a proposta relacionada ao ForEA não havia sido objeto
628 de discussão ou parecer da CTIL, razão pela qual considerava importante observar
629 os trâmites institucionais estabelecidos para a apreciação de matérias dessa
630 natureza. Esclareceu que sua manifestação não representava posicionamento
631 contrário à proposta, mas apenas a preocupação em assegurar o cumprimento dos
632 procedimentos internos e garantir maior segurança às decisões do Comitê. O
633 conselheiro também lembrou que, no caso da Semana do Fazendeiro, a discussão
634 realizada na CTIL resultou no entendimento de que a Diretoria poderia continuar
635 adotando os procedimentos que já vinham sendo utilizados para análise de apoios
636 institucionais, até que fosse concluída a elaboração do normativo específico sobre o
637 tema. No entanto, ressaltou que, para subsidiar adequadamente a deliberação da
638 Plenária, seria importante que fossem apresentados esclarecimentos adicionais
639 sobre a proposta em análise. Entre as informações consideradas relevantes para a
640 tomada de decisão, destacou a necessidade de detalhamento sobre a entidade





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

641 beneficiária do apoio, a modalidade de participação do Comitê no evento, a forma de
642 aplicação dos recursos, os valores previstos para investimento, as contrapartidas
643 institucionais esperadas e a disponibilidade orçamentária existente para esse tipo de
644 ação. Segundo observou, tais informações são fundamentais para que os
645 conselheiros possam avaliar adequadamente a pertinência e a conveniência da
646 concessão do apoio solicitado. Concluídas as manifestações, Juliana registrou as
647 contribuições apresentadas e deu prosseguimento à discussão da matéria. Durante
648 a discussão sobre o apoio institucional a eventos, o conselheiro Thiago Figueiredo
649 Santana questionou se seria regimentalmente obrigatória a manifestação prévia da
650 CTIL sobre todos os temas submetidos à apreciação do plenário. Em resposta, foi
651 esclarecido que a competência da CTIL consiste em emitir pareceres favoráveis ou
652 desfavoráveis quanto aos aspectos de legalidade, técnica legislativa e institucional
653 das propostas de deliberação antes de sua apreciação pelo plenário. Na sequência,
654 José Carlos esclareceu que sua preocupação não se referia propriamente a uma
655 exigência regimental, mas ao fato de que a CTIL já havia iniciado a discussão sobre
656 a necessidade de regulamentação específica para disciplinar os pedidos de
657 patrocínio e apoio institucional. Foi explicado que a CTIL tratou da elaboração de
658 uma regulamentação geral para os patrocínios previstos no Plano de Aplicação
659 Plurianual (PAP), considerando a necessidade de estabelecer critérios para
660 utilização dos recursos destinados a essa finalidade. Esclareceu-se ainda que a
661 demanda referente à Semana do Fazendeiro foi analisada em caráter de urgência,
662 em razão da proximidade do evento, enquanto a solicitação relacionada ao ForEA
663 surgiu posteriormente, tendo sido encaminhada pela CTCEA. O conselheiro Senisi
664 Rocha manifestou entendimento de que a CTIL exerce função de controle de
665 legalidade e de proposição de normativos ao plenário, destacando que, enquanto
666 não houver regulamentação específica aprovada, permanecem válidos os
667 procedimentos historicamente adotados pelo Comitê para apoio a eventos.
668 Ressaltou ainda que a plenária é soberana para deliberar sobre a matéria,
669 observadas as normas vigentes. João Pedro Amorim ponderou que a própria CTIL
670 já havia deliberado que a decisão sobre o tema caberia a plenária, não havendo
671 necessidade de retorno da matéria à Câmara Técnica para nova manifestação, uma
672 vez que isso tornaria o processo contraproducente. Por fim, Thiago Figueiredo





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

673 Santana registrou a posição institucional favorável à participação do Comitê em
674 eventos relacionados à sua área de atuação e destacou que, na ausência de
675 regulamentação específica sobre a matéria, não haveria impedimento para que a
676 plenária deliberasse sobre casos concretos, paralelamente à tramitação da proposta
677 de regulamentação junto à CTIL ou a outra instância técnica competente.
678 Prossequindo a discussão sobre a Semana do Fazendeiro, João Pedro Amorim
679 solicitou esclarecimentos sobre o valor do apoio financeiro solicitado para o evento.
680 Ele observou que havia sido informado o montante disponível na linha orçamentária
681 destinada a patrocínios, mas ainda não havia sido apresentada a quantia requerida
682 pela organização da Semana do Fazendeiro, informação que considerava importante
683 para subsidiar a decisão da plenária. Antes da apresentação dos detalhes
684 financeiros, José Angelo pediu a palavra para complementar a discussão anterior.
685 Ele ressaltou que, conforme as competências regimentais da CTIL, todas as
686 deliberações que seriam submetidas à aprovação da plenária deveriam passar
687 previamente pela câmara técnica. Em seu entendimento, caso a diretoria
688 pretendesse formalizar o apoio ao evento por meio de uma deliberação específica,
689 estabelecendo valores, condições e formas de participação do comitê, essa proposta
690 deveria necessariamente ser analisada pela CTIL, que teria a atribuição de emitir
691 parecer favorável, desfavorável ou sugerir ajustes antes de seu encaminhamento ao
692 plenário. Paganini esclareceu que não estava discutindo o mérito do apoio à Semana
693 do Fazendeiro ou ao ForEA, mas apenas defendendo o cumprimento do rito
694 regimental. Reforçou ainda que a CTIL havia se manifestado especificamente sobre
695 a Semana do Fazendeiro, não tendo apreciado a proposta referente ao ForEA.
696 Andressa C. Pereira manifestou seu entendimento acerca da discussão, destacando
697 que, durante a reunião da CTIL, houve consenso quanto à necessidade de
698 elaboração de uma regulamentação específica para disciplinar os apoios e
699 patrocínios concedidos pelo comitê. No entanto, como essa regulamentação ainda
700 não estava concluída, entendeu-se que os casos urgentes deveriam ser submetidos
701 diretamente à apreciação da plenária. Recordou que, à época da reunião da CTIL,
702 apenas a demanda referente à Semana do Fazendeiro estava em pauta, enquanto
703 outros eventos possuíam prazo mais dilatado, permitindo aguardar a elaboração da
704 norma. Em relação ao ForEA, destacou que, uma vez que a matéria estava sendo





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

705 apreciada pela plenária, não vislumbra prejuízo em deliberar também sobre esse
706 apoio, paralelamente ao desenvolvimento da regulamentação pela CTIL. Ressaltou
707 que a intenção não era suprimir etapas ou atribuições de qualquer instância do
708 comitê, mas apenas viabilizar a análise das demandas enquanto ainda não existia
709 um normativo específico, o que, posteriormente, proporcionaria maior agilidade e
710 clareza ao fluxo decisório. Na sequência, a coordenação passou à apresentação das
711 informações referentes ao pedido de apoio institucional à Semana do Fazendeiro.
712 Informou que o Comitê recebeu convite formal da UFV para participar da 96ª Semana
713 do Fazendeiro, documentação que havia sido previamente encaminhada aos
714 conselheiros juntamente com a convocação da reunião. Foi esclarecido que a
715 Universidade apresentou duas modalidades de apoio institucional. A primeira
716 consistia na cota de apoiador do Circuito de Sustentabilidade, contemplando a
717 disponibilização e operação de um estande durante o evento, ao custo de R\$
718 15.000,00 (quinze mil reais). A segunda modalidade, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte
719 e cinco mil reais), incluía, além do estande, a divulgação da marca do Comitê nos
720 materiais gráficos, publicações oficiais e demais peças institucionais relacionadas ao
721 evento. A coordenação apresentou ainda a minuta de deliberação proposta,
722 fundamentada na relevância ambiental da Semana do Fazendeiro, em seu
723 reconhecimento nacional como espaço de divulgação de boas práticas de gestão
724 ambiental, na importância do Circuito de Sustentabilidade como instrumento de
725 comunicação, mobilização e educação ambiental, bem como na convergência entre
726 os objetivos institucionais do Comitê e as finalidades do evento. Também foram
727 mencionados o convite formal encaminhado pela UFV, a DN nº 131 e a previsão
728 orçamentária constante da atividade 3.1.3 do Plano de Aplicação Plurianual,
729 destinada ao patrocínio de eventos relacionados à gestão de recursos hídricos,
730 saneamento, meio ambiente e governança participativa. A proposta submetida à
731 plenária previa a aprovação do patrocínio institucional do CBH Doce à 96ª Semana
732 do Fazendeiro, cabendo aos conselheiros definir qual das modalidades de apoio
733 seria adotada. Foi informado ainda que os recursos seriam custeados pela atividade
734 3.1.3 do Plano de Aplicação Plurianual, conforme previsão aprovada anteriormente
735 pelo Comitê. Complementando as informações, a coordenação esclareceu que o
736 CBH Piranga também apoiaria a iniciativa por meio do fornecimento de materiais





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

737 institucionais para distribuição aos participantes do evento, incluindo folders, brindes
738 e demais materiais de divulgação. Destacou ainda que, além do apoio ao estande, a
739 Universidade disponibilizaria, sem custos adicionais, espaço para realização das
740 plenárias dos CBHs Doce e Piranga durante a programação da Semana do
741 Fazendeiro. Em seguida, Carlos Eduardo ressaltou a importância estratégica da
742 participação do Comitê no evento, lembrando a parceria em desenvolvimento entre
743 o CBH e a Universidade para ampliação da Escola de Projetos nos territórios dos
744 CBHs Piranga e Piracicaba. Informou que as tratativas junto à Universidade se
745 encontravam bastante avançadas, contando inclusive com apoio institucional da
746 reitoria. Destacou também a participação da Ambiental Engenharia na distribuição
747 de mudas e em outras ações previstas para o evento, reforçando que a iniciativa
748 teria relevância não apenas para o território do Piranga, mas para toda a Bacia
749 Hidrográfica do Rio Doce. Juliana agradeceu a contribuição e destacou que a
750 parceria com a UFV e a expansão da Escola de Projetos constituíam aspectos
751 relevantes a serem considerados na análise do apoio institucional ao evento. Geraldo
752 Magela manifestou-se favoravelmente ao apoio institucional à 96ª Semana do
753 Fazendeiro, destacando que, considerando a dimensão e a relevância do evento, os
754 valores apresentados para as modalidades de patrocínio eram bastante acessíveis.
755 Em sua avaliação, o investimento solicitado era compatível com o porte do evento e
756 com o potencial de alcance das ações de divulgação do Comitê. Manifestou
757 preferência pela modalidade mais abrangente de apoio, que contempla, além da
758 participação no estande, a divulgação da marca do Comitê nos materiais
759 institucionais e publicações oficiais do evento. Segundo ele, essa opção amplia
760 significativamente a visibilidade institucional do CBH, potencializando o retorno das
761 ações de comunicação e fortalecendo a presença do Comitê junto aos diversos
762 públicos participantes. Por fim, ressaltou a importância de o Comitê estar presente
763 em eventos dessa natureza, entendendo que a participação em espaços de grande
764 alcance contribui para ampliar a visibilidade institucional, fortalecer a comunicação
765 com a sociedade e aproximar o Comitê dos diferentes segmentos que atuam e vivem
766 no território da bacia hidrográfica. Paganini questionou sobre o valor de recursos o
767 comitê possui, em resposta Juliana explicou que O comitê possui R\$145.000,00
768 (cento e quarenta e cinco mil reais) alocados no PAP para a atividade de patrocínio





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

769 de eventos em 2026. Os conselheiros questionaram o impacto desse gasto no
770 orçamento anual, especialmente considerando outras demandas, como a
771 participação no ENCOB, que costuma demandar cerca de R\$ 100.000,00 (cem mil
772 reais). Foi informado que o CBH Piranga também apoiará a Semana do Fazendeiro,
773 contribuindo com materiais institucionais (brindes, folders) para o estande, o que
774 reduz o custo e potencializa o alcance das ações, além de aproveitar a infraestrutura
775 para realizar plenárias. Geraldo, acrescentou ainda, sobre a participação dos demais
776 comitês nos eventos tendo visibilidade com o apoio da AGEDOCE. Após considerar
777 a relevância estratégica e o custo-benefício, o comitê manifestou preferência pela
778 cota de 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pacote completo, visando maior
779 visibilidade. Ficou entendido que, para eventos futuros, a diretoria deverá apresentar
780 estimativas claras de custos e o saldo restante do orçamento para subsidiar a
781 decisão da plenária, mantendo o controle fiscal. Em seguida o conselheiro Jorge
782 Martins Borges sugeriu a manutenção do valor de apoio para o evento em Viçosa,
783 mas propôs uma redução nos recursos destinados ao ENCOB, argumentando que a
784 participação no evento não exigiria a mesma intensidade de investimento realizada
785 anteriormente no Espírito Santo. Por seguinte, Flaminio corroborou a sugestão,
786 enfatizando a necessidade de aguardar deliberações oficiais e agir com cautela
787 financeira, dado que o orçamento disponível é limitado e público. Dando
788 prosseguimento Juliana apresentou a proposta de patrocínio institucional do CBH
789 Doce para a 96ª edição da Semana do Fazendeiro, na modalidade "cota patrocinador
790 oficial", com o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O aporte contempla
791 infraestrutura completa de stand (tenda, piso e carpete), serviços de segurança,
792 limpeza e triagem de resíduos, além da exposição da marca em publicações e
793 materiais gráficos. O evento possui abrangência significativa, com estimativa de
794 circulação de mais de 60.000 pessoas, podendo aumentar devido à comemoração
795 do centenário da universidade. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos
796 conselheiros. Carlos Eduardo comprometeu-se a realizar um levantamento de hotéis
797 e valores em Viçosa para orientar os membros sobre hospedagem, visando evitar
798 problemas com a alta demanda. O evento ocorrerá de 18 a 25 de julho, e a plenária
799 do comitê está prevista para ocorrer entre os dias 21 e 23 de julho, com datas a
800 serem confirmadas pela organização. Juliana esclareceu que a modalidade de





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

801 custeio será por diárias, conforme o padrão, e que as reuniões plenárias seguem o
802 formato 100% presencial. Foi sugerida a otimização dos deslocamentos,
803 possivelmente combinando as reuniões dos comitês Piranga e Doce. Continuando,
804 Juliana passou a fala para Senisi e Carlos Eduardo apresentaram o Foreia, um
805 espaço de articulação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA).
806 O objetivo é promover fóruns de educação ambiental os “ForEas”, reunindo atores
807 do território, público, sociedade civil, instituições privadas para dialogar sobre o
808 assunto. Trazendo experiências e estratégias para desenvolver ações naquela
809 determinada região. A iniciativa busca integrar os comitês de bacia com o foco em
810 capacitação, mobilização social e gestão de recursos hídricos, utilizando dessas
811 metodologias no território. Essa iniciativa buscar atingir todos os públicos entre
812 crianças, profissionais, acadêmicos, sendo dois dias com atividades de educação
813 ambiental, aulas magnas, oficinas entre outros. Senisi destacou também que o CIEA
814 Zona da Mata tem se aproximado e vem buscando uma relação mais forte com os
815 comitês de bacia, além disso a ex-coordenadora do CIEA junto de Carlos Eduardo
816 conversaram e tiveram contato direto com a diretoria da agência. Assim buscando
817 articulações para o ano de 2026. Com planos para a realização de dois eventos em
818 2026: um em Manhauçu, em agosto, e outro na Univale, em Governador Valadares.
819 A iniciativa busca integrar os comitês de bacia com o foco em capacitação,
820 mobilização social e gestão de recursos hídricos, utilizando estratégias já
821 consolidadas na região. Além disso, Senisi perguntou sobre a possibilidade de itens
822 para a realização dessa ação. Passando a fala para Carlos Eduardo, ressaltou sobre
823 o fórum de educação ambiental feito com o presidente Hernani na UNIVALE, também
824 existe uma articulação para que tenha um ForEA universitário com membros do GT
825 da educação ambiental de cada comitê de bacia. Carlos ressaltou que foi passado
826 um relatório junto com a participação do ministério do meio ambiente e outras
827 instituições. A discussão sobre o suporte ao ForEA revelou a falta de um projeto
828 estruturado, gerando preocupações entre os conselheiros quanto à imaturidade da
829 proposta. Juliana alertou que itens solicitados, como "kit membro", exigiriam
830 contratações específicas não previstas no plano atual, o que demandaria prazos
831 longos. Ela também sugeriu a possibilidade de os Coffe Break serem divididos entre
832 os comitês afluentes, além do apoio a comunicação. Juliana também questionou





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

833 sobre a quantidade de palestrantes para o planejamento logístico de deslocamento.
834 Jorge e Jose Paganini questionaram a ausência de um orçamento definido e a
835 indefinição sobre se o comitê estaria atuando como realizador ou apenas
836 patrocinador, o que implicaria em responsabilidades legais de gestão.
837 Complementando a fala dos conselheiros, Jose Carlos acredita que é importante não
838 desviar o foco dos recursos. Os Conselheiros destacaram que a tramitação da
839 proposta não seguiu os ritos internos adequados, pois não passou pela diretoria
840 antes de chegar à plenária. Ficou decidido suspender a deliberação e solicitar que a
841 organização apresente uma proposta mais madura, com descrição clara de valores,
842 responsabilidades e cronograma, para que a diretoria possa avaliar a viabilidade
843 antes de um novo retorno a plenária. Geraldo ressaltou a importância da educação
844 ambiental que está sendo pouco desenvolvida, além disso ele salientou sobre a
845 participação em eventos para serem lembrados, mas compreende a falta de
846 elaboração do evento em destaque Juliana informou a necessidade de atualizar os
847 representantes na Câmara Técnica de Integração (CTI). Por seguinte, Jose Paganini
848 questionou sobre a importância de manter o devido fluxo de informação para que
849 não haja falha de comunicação entre todos. Senisi reforçou que a intenção é alinhar
850 a participação do comitê de forma colaborativa, e o CBH Doce confirmou que o tema
851 retornará à pauta após os devidos ajustes. Voltando a sua fala Jose Paganini
852 reforçou sobre a parte de execução dos recursos para que esteja alinhado e seja
853 mais bem discutido. Dessa forma, foi definido que a Secretaria enviará e-mail aos
854 segmentos solicitando que se reúnam e indiquem os nomes de seus representantes
855 (um membro de cada segmento), com o intuito de formalizar as novas composições.
856 Foi discutida também a atualização da representação no Fórum Nacional de Comitês
857 de Bacias Hidrográficas, instância que historicamente conta com um representante
858 de Minas Gerais e um do Espírito Santo. Andressa Pereira participou da última
859 reunião pontualmente representando Dolores, mas o comitê precisa oficializar a nova
860 indicação. José Carlos destacou a preocupação com o custo elevado de manter dois
861 representantes na instância, um fator que será considerado na decisão. Propôs que
862 o comitê seja representado por um titular e um suplente em reuniões externas, em
863 vez de dois representantes, com o objetivo de reduzir custos. A proposta sugere a
864 preferência pela participação presencial de uma pessoa e a participação virtual do





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

865 suplente, especialmente em reuniões híbridas. Andressa C Pereira manifestou
866 concordância com a medida e sugeriu a adoção de um sistema de rodízio entre os
867 nomes indicados para garantir a participação efetiva. Jose Paganini argumentou que
868 a indicação de representantes deveria ser uma competência da diretoria, para
869 assegurar o alinhamento com o rumo gerencial do comitê, com a posterior
870 homologação pela plenária. Foi discutido que a representação poderia ser fixa ou
871 variar conforme o assunto de cada reunião, sendo recomendável que a diretoria
872 exerça um protagonismo nessas escolhas. Juliana também questionou como será
873 essa dinâmica proposta visto ausência de normas claras sobre o processo de
874 indicação para fóruns nacionais. Jose Paganini destacou que, para evitar tumultos
875 em caso de múltiplos candidatos, o processo mais adequado seria a diretoria realizar
876 a indicação e submeter o nome à aprovação da plenária. Seguindo para a
877 contribuição de Dolores de Fátima Colle, ela trouxe a experiência do ano de 2025,
878 na qual a participação de apenas um representante no Fórum Nacional demonstrou
879 ser uma prática eficiente. Foi reforçado o entendimento de que participações ligadas
880 à gestão estratégica devem ser compostas por pessoas indicadas pela diretoria,
881 dada a natureza da representação. Complementando a fala de Dolores, Andressa
882 Pereira esclareceu que a diretoria havia iniciado discussões internas para o
883 levantamento de nomes, optando por levar a questão à plenária para assegurar
884 transparência e participação democrática. Ficou definido como encaminhamento
885 que, para a Câmara Técnica de Integração, a indicação será feita pelo segmento,
886 enquanto para outras instâncias, a diretoria realizará a indicação e a plenária
887 referendará os nomes. Em finalidade, Juliana passou a fala para Jorge que
888 agradeceu a participação de todos os membros e mencionou o alinhamento das
889 observações realizadas ao longo da reunião. O encontro foi finalizado com o registro
890 fotográfico dos presentes. Sem nada mais a tratar, às doze horas a reunião foi
891 encerrada. Estiveram presentes Juliana Vilela Pinto, Andressa Christiane Pereira,
892 Hernani Ciro Santana, Flaminio Guerra Guimarães, Jorge Martins Borges, Mariele
893 Fioreze, José Carlos Loss Junior, Dolores de Fátima Colle, José Ângelo Paganini,
894 Thiago Figueiredo Santana, José Pedro de Magalhães Amorim, Eduardo Galdino,
895 Flávia Salim, José Roberto Jorge, Carlos Eduardo Silva, Marcio Heitor Stelmo da
896 Silva, Renata Beatriz Almeida Reis Thomaz, Eduardo José Quaresma, Isabella





Aprovada em reunião do CBH DOCE, realizada no dia 23/07/2026.

897 Figueiredo Lopes da Silva, Anderson de Jesus de Paula, Cícero Augusto da Cruz
898 Gomides, Carlos Alberto Liucidi Júnior, Saulo Soares Neiva, Samuel Domingos da
899 Silva, Samara Paula da Silva, Ivan César de Oliveira Bastos, Silvia de Lourdes
900 Gonçalves Farias, Melissa Seixas Lima Figueiredo, Livia Valandro Miranda, Lucas
901 Costa Bicalho, Marcos Vinícius Alpoin Piol, Clara Diniz Oliveira Vasconcellos, Brenda
902 Mendes Costa, Patrícia Sena Coelho Cajueiro, Luiz Cláudio Castro Figueiredo,
903 Januaria da Fonseca Malaquias, Kerlainy Vanessa Martins Almeida, Fernanda
904 Cravo, Hercília Andréa Sanches Faria, Paulo Henrique Paiva de Almeida, Micheline
905 Cristina Fialho Rodrigues, Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, Ricardo Santos
906 Silva Amorim, Marlon Campos Coelho, Cynthia Franco de Salles Dias, Geraldo
907 Magela Gonçalves, Regiane Aparecida Ferreira, Senisi de Almeida Rocha, Jorge
908 Moreira dos Santos, Jailma das Graças Soares, Henrique Lobo Gonçalves, Renaldo
909 Lino da Silva, Girley Batista Santana.

910 (assinado eletronicamente)

911 HERNANI CIRO SANTANA

912 Presidente do CBH DOCE

